



A indenização mais rápida do mercado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Companhia avalia regularmente se há evidências de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício. Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva e que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. **3.10. Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilidade do ativo não exceda o valor de contabilidade que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.11. Provisões técnicas: O cálculo das provisões técnicas é efetuado com base em critérios, parâmetros e formulações descritos em Notas Técnicas Atuariais (NTAs). i. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelos prêmios comerciais retidos anteriormente ao período ainda não decorrido, calculada pelo método "pro rata die". ii. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Videntes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) corresponde aos prêmios estimados dos Riscos Videntes, mas cujas apólices ainda não foram emitidas. Essa estimativa é baseada em cálculos atuariais que levam em consideração os atrasos observados das apólices emitidas. iii. A Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE) é calculada "pro rata die", com base nos prêmios líquidos emitidos, proporcionais ao período de risco a decorrer até o fim de vigência da apólice, para os seguros de vida individual. iv. A Provisão de Riscos Não Expirados para os Riscos Videntes e Não Recebidos (PRNE-RVNR) corresponde ao prêmio líquido dos Riscos Videntes das apólices ou faturas vigentes e ainda não emitidas. Essa estimativa é baseada em cálculos atuariais que levam em consideração os atrasos observados na emissão das apólices de vida individual. v. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) deverá ser constituída se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), constituída na data base de cálculo, frente aos sinistros a ocorrer. O cálculo da PIP é baseado na comparação entre a PPNG constituída líquida das despesas administrativas e comerciais, da comissão e dos cancelamentos, e o resultado observado dos sinistros das apólices vigentes na data-base. vi. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados até a data-base de cálculo, através das estimativas das indenizações reclamadas ou pelo valor determinado na apólice, acrescida das despesas para regularização e liquidação de sinistro. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente a constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas". vii. Os valores referentes às indenizações de sinistros que se encontram em discussão judicial são alocados na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLJ). viii. A estimativa para cobrir, também, além daqueles sinistros judiciais, custos associados a atualizações monetárias em caso de perda das ações judiciais em curso. A PSLJ contempla o valor em risco das ações com base em fatores que consideram a probabilidade de perda e o período transcorrido de tramitação judicial, brutos de recuperação de resseguro. Ao valor provisionado são acrescidos os honorários de sucumbência à razão de 10% e atualização monetária mensal pelo índice do Tribunal Judiciário do Estado de São Paulo (TJESP), acrescida de juros simples de 0,5% ao mês até 12/2002 e 1% ao mês após 12/2002. Os valores a serem ressarcidos por conta de resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSLJ, sendo registrados no ativo não circulante. viii. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (também conhecida como IBNR - *Incurred But Not Reported*) é calculada pela metodologia de triangulação de sinistros, através da taxa de juros livre de risco (EDT) definida pelo SUSEP incluindo as despesas diretas e indiretas para liquidação de sinistros, os custos de administração dos passivos não apresentados nos provisões técnicas já constituídas na data-base de 31 de dezembro de 2012. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem a Companhia parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo. No reconhecimento inicial do ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, que são atribuídos ao contrato. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações. Nos contratos de arrendamento financeiro o ativo, objeto do contrato, é registrado e o passivo correspondente é reconhecido considerando o valor dos aluguéis mínimos a serem pagos no contrato. A Companhia aluga diversos imóveis de terceiros em contratos de arrendamento mercantil operacional para condução de seus negócios em diversas localidades do país. As contraprestações desses contratos são reconhecidas no resultado do período em que são devidas, em função de atenderem a característica de arrendamento operacional, devendo não existir a transferência dos riscos e benefícios sobre os ativos. Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de custos de transações incrementais tratáveis atribuíveis à origem do passivo.

3.13. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo, tais como ordenados, salários e contribuições para previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos) relativos aos atuais empregados. Benefícios por desligamento: Os benefícios monetários são reconhecidos no momento do desligamento. Adicionalmente, a Companhia concede benefícios de seguro saúde para funcionários por prazo determinado na Convenção Sindical e para os diretores. Os custos esperados destes benefícios são mensurados com base em pressupostos atuariais que levam em consideração a idade e sobrevivência dos beneficiários e históricos médios de utilização de serviços hospitalares e são registrados contabilmente como despesas. **3.14. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social é reconhecido quando os benefícios fiscais e diferenças temporárias são dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.15. Provisões judiciais:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são baseados no estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. **3.16. Passivos e ativos contingentes:** Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma contingência presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **3.17. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.17.1. Classificação dos contratos de seguro:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando estes transferem risco significativo de seguro pelo qual a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensação no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Os contratos de resseguros também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferências de risco de seguro. **3.17.2. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados com base nos seguintes critérios: a) os prêmios de seguros são mensurados com base nos prêmios ganhos reconhecidos no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. A contabilização das operações de cossseguro, retrocessos e do ramo DPVAT são realizadas com base nas informações recebidas das congêneres, do IRB-IRB, Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas diretamente aos resultados e correspondentes bases contábeis. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de conta emitidas pelo IRB-Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos a análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas a análise pelos demais resseguradores. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **3.17.3. Participações sobre o resultado:** É provisionado por estimativa baseada na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria ou no programa de participação nos resultados, aquele que resultar maior, sendo ajustado quando do efetivo pagamento. **3.17.4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas de alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e, portanto, não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (a) IFRS 9 - Instrumentos financeiros - O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, a aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo macro *hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implementação dessa norma para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis não emitiu um pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. (b) CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas - O CPC 36(R3) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. O CPC 45 (R3) introduz em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. Todavia, a Companhia possui apenas um investimento em controlada integral, e em decorrência, não haverá impacto oriundo dessa norma. (c) CPC 46 - Mensuração do valor justo - O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de como o valor justo que atualmente está dispersa em outros CPC's. Sujeito a exceções limitadas, o CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgação de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPC's. O CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração avaliou os impactos da norma e concluiu que não há efeitos relevantes na mensuração do valor justo de seus ativos. (d) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Em 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui benefícios de longo prazo e não há impactos relevantes para os benefícios de curto prazo. (e) Normas emitidas pela SUSEP - Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as exceções CNSP Nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; (b) Resolução CNSP Nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP Nº 462 de 31/01/2013, que instituem regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos para tomar as ações necessárias para cumprimento dos prazos estipulados pelo órgão regulador.

4.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

	2012		2011	
	Valor do custo atualizado	Ajuste justo	Valor do custo atualizado	Ajuste justo
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações:				
Títulos públicos federais	464.941	7.885	472.826	257.698
Quotas de fundos de investimentos abertos	116.002	-	116.002	140.166
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	26.040	10	26.050	53.403
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	20.790	4	20.794	32.682
Títulos circulante e não circulante	627.773	7.899	635.672	483.949
Total	627.773	7.899	635.672	483.949

4.3. Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2012		2011	
	Valor do investimento atualizado	Ganhos e perdas não realizados (*)	Valor do investimento atualizado	Ganhos e perdas não realizados (*)
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos públicos federais	90.866	1.924	92.792	6.132
Ações	10.089	1.269	11.358	1.358
Títulos privados - Letras financeiras	6.754	218	6.972	6.972
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	4.018	-	4.018	-
Total circulante e não circulante	111.727	3.411	115.138	14.470

4.4. Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras:

	2012		2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros disponíveis para venda	635.672	485.998	472.826	259.902
Títulos públicos federais	-	-	-	-
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	-	116.002	-	140.166
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	-	26.050	-	53.242
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	20.794	-	32.688
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.358	103.780	23.316	182.328
Títulos públicos federais	-	92.790	-	145.516
Títulos privados - Letras Financeiras	-	6.972	-	6.132
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	4.018	-	6.516
Ações	11.358	-	23.316	-
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	24.164
Total	11.358	739.452	23.316	668.326

4.5. Movimentação das aplicações:

Saldo em 1º de janeiro de 2011

Aplicações	629.431
Resgatos	(656.718)
Rendimentos	83.317
Ganho/Perda das Ações	(8.892)
Ajuste a valor justo - Disponível para venda	2.764
Saldo em 31 de dezembro de 2011	691.642

Saldo em 1º de janeiro de 2012

Aplicações	672.497
Rendimentos	(702.075)
Ajuste a valor justo - Disponível para venda	86.337
Ajuste a valor justo - Disponível para venda	2.109
Saldo em 31 de dezembro de 2012	759.810

4.6. Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro o *benchmark* da variação do CDI comparado com a rentabilidade sobre o valor justo de suas aplicações. Em 31 de dezembro de 2012, o desempenho global da carteira de investimentos atingiu 12,3% no acumulado do período, representando 145,8% do CDI que foi de 8,40%, o que representou um aumento de performance de 21,8% em relação ao mesmo período anterior. Em 2011 o desempenho da carteira foi de 13,9% no ano, representando 119,7% do CDI.

5. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Composição

	2012	2011
Prêmios a receber de segurados	238.537	222.206
Operações com seguradoras	5.706	5.208
Operações com resseguradoras	4.909	13.796
Outros créditos operacionais	1.852	7.536
Total	251.004	248.746

Provisão para riscos de créditos (imparidade) sobre:

Prêmios a receber de segurados	(2.564)	(1.986)
Prêmios a receber de seguradoras	(3.341)	(3.261)
Sinistros a recuperar de resseguradoras	-	(114)
Total	(5.905)	(5.361)

Total do circulante e não circulante

2012	245.099
2011	243.385

5.1. Movimentação de prêmios a receber:

Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	222.206	170.282
(+) Prêmios emitidos	1.337.400	1.204.686
(-) IOF	80.686	88.284
(-) Prêmios cancelados	(1.294.802)	(1.132.521)
Saldo em 31 de dezembro	(106.953)	(108.525)
Total	238.537	222.206

A quantidade média de parcelamento da Companhia é de 4 parcelas.

6. ATIVIDADES DE RESSEGUROS E OPERAÇÕES COM RESSEGURODORA:

	2012	2011
Sinistros a recuperar	57.157	53.238
Sinistros administrativos pendentes de liquidação	29.337	34.927
Sinistros em discussão judicial	22.585	13.320
Sinistros pagos	5.235	4.931
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	3.299	2.946
Provisão de benefícios a regularizar	121	76
Outros créditos	(326)	8.865
Subtotal	60.251	65.122
Variação da provisão para redução ao valor recuperável	60.251	65.122
Subtotal	60.251	65.122
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas	32.150	30.927
Prêmios de resseguros diferidos das apólices não emitidas	1.037	939
Subtotal	33.187	31.866
Total do circulante e não circulante	93.438	96.878

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS:

	2012	2011
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 7.1)	50.887	42.607
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 7.2)	15.576	19.401
Créditos de PIS e COFINS	5.844	5.819
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.186	4.212
Outros créditos tributários	2.247	4.917
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(2.006)	(1.878)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	14.116	13.554
Total do circulante e não circulante	89.850	84.872

7.1. Créditos tributários de diferenças temporárias:

	2012		2011	
	Saldo em 1º de Janeiro	Adição	Saldo em 31/12/2011	Adição
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.828	303	(3.659)	472
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	10.518	24.832	(21.796)	13.554
Créditos de PIS e COFINS	4.227	2.115	(523)	5.819
Créditos tributários de diferenças temporárias	39.651	30.416	(27.460)	42.607
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	24.183	-	(4.782)	19.401
Outros	249	9.558	(4.890)	4.917
Provisão para redução do valor recuperável	-	(1.898)	-	(1.898)
Total	82.656	65.326	(63.110)	84.872

7.2. Cronograma de realização dos créditos tributários:

	2012		2011	
	Saldo em 1º de Janeiro	Adição	Saldo em 31/12/2011	Adição
Saldo em 31 de dezembro de 2012	198.138	27.558	259.902	485.998
Quotas de fundos de investimentos abertos	140.166	-	-	140.166
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	25.284	27.958	-	53.242
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários (*)	32.688	-	-	32.688
Disponível para venda	105.850	97.336	2.458	205.644
Títulos públicos federais	58.370	84.688	2.458	145.516
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários (*)	-	6.516	-	6.516
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	24.164	-	-	24.164
Ações	23.316	-	-	23.316
Títulos privados - Letras financeiras	-	6.132	-	6.132
Total circulante e não circulante	303.988	125.294	262.360	691.642

(*) A Companhia possui o montante de R\$ 8.665 (R\$ 4.043 em 2011) relativo a Certificado de Depósito Bancário oferecidos em garantia judicial, os quais estão classificados no longo prazo.

8.2. Movimentação:

	2012		2011	
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	
Adições	13.717	-	13.717	48.335
Baixas	(39.371)	-	(39.371)	37.413
Perda / Ganho na alienação	(995)	-	(995)	3.169
Variação da provisão de redução de valor recuperável	(1.377)	-	(1.377)	(1.453)
Cancelamentos e devoluções	(93)	-	(93)	(659)
Saldos em 31 de dezembro	19.376	-	19.376	13.717

8.3. Período em aberto (aging)

	2012		2011	
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	
Aging de Salvados				
De 1 a 30 dias	5.654	-	5.654	
De 31 a 60 dias	5.780	-	5.780	
De 61 a 180 dias	8.100	-	8.100	
De 181 a 365 dias	2.351	(2.351)	-	
Superior a 365 dias	4.031	(4.031)	-	
Total	25.916	(6.540)	19.376	

8.4. Composição: Salvados à venda

	2012		2011	
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	
Aging de Salvados				
De 1 a 30 dias	4.296	-	4.296	
De 31 a 60 dias	4.637	-	4.637	
De 61 a 180 dias	5.158	(468)	4.690	
De 181 a 365 dias	1.357	(1.352)	5	
Superior a 365 dias	3.432	(3.360)	72	
Total	18.880	(5.163)	13.717	

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Composição

||
||
||



A indenização mais rápida do mercado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Obrigações Contratuais de arrendamento mercantil	2012		2011	
	Valor presente dos pagamentos mínimos futuros de arrendamento	Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	Valor presente dos pagamentos mínimos futuros de arrendamento	Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento
Menos de um ano	1.630	60	1.570	6%
Entre um e cinco anos	4.077	119	3.958	6%
Total	5.707	179	5.528	6%

18. PROVISÕES TÉCNICAS:

	2012		2011	
	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	499.176	33.187	465.989	33.187
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	194.985	29.337	165.648	29.337
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSL Judicial)	117.735	22.585	95.150	22.585
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	52.208	3.299	48.909	3.299
Provisão de benefícios a regularizar	1.893	121	1.698	121
Outras provisões (PCP)	6.698	-	6.698	-
Total do circulante e não circulante	872.695	88.529	784.166	88.529

	2012		2011	
	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	470.389	31.866	438.523	31.866
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	186.862	34.927	151.935	34.927
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSL Judicial)	95.184	13.380	81.804	13.380
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	38.966	2.946	36.020	2.946
Provisão de benefícios a regularizar	1.557	76	1.481	76
Outras provisões (PCP)	4.935	-	4.935	-
Total do circulante e não circulante	797.893	83.195	714.698	83.195

18.1. Movimentação da provisão de sinistros em discussão judicial:

	2012	2011
Saldo do Início do exercício	95.184	72.181
Total pago no exercício	(8.383)	(20.027)
Total provisionado até o fechamento do exercício	40.553	27.582
Antes das ações pagas no exercício	14.384	19.512
Novas constituições no exercício	30.523	6.700
Boixa da provisão por extinto	(517)	(43)
Boixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	(8.102)	(1.505)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	9.030	4.286
Saldo final do exercício	117.735	95.184

18.1.1. Composição dos sinistros judiciais por classificação de risco:

	2012		2011	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Provável	1.031	75.385	790	64.737
Provável	734	41.486	1.104	29.567
Remota	460	864	519	880
Subtotal	2.495	117.735	2.413	95.184

18.2. Movimentação das provisões técnicas:

	2012		2011	
	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	470.389	31.866	438.523	31.866
(+) Constituição	27.972	1.752	27.582	1.752
(-) Reversão	(11.766)	(1.151)	(11.651)	(1.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	499.176	33.187	465.989	33.187
Outras provisões (PCP)	6.698	-	6.698	-
(+) Constituição	4.935	-	4.935	-
(-) Reversão	(645)	-	(645)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.698	-	6.698	-

18.3. Desenvolvimento de Sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguimento inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Bruto do efeito de resseguro	Sinistros brutos de resseguro									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	
No final do ano	274.104	296.243	302.196	394.551	465.689	466.498	537.324	634.705		
registro do sinistro	279.909	304.051	304.883	375.488	459.945	458.712	533.530			
Após um ano	301.755	301.945	291.122	375.377	481.552	458.852				
Após dois anos	301.810	301.400	292.113	379.427	491.352					
Após três anos	298.111	301.575	294.374	379.944						
Após quatro anos	299.480	301.906	294.672							
Após seis anos	301.541	302.345								
Após sete anos	300.319									

Pagamentos de sinistros	Sinistros líquidos de resseguro									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	
No próprio ano	(237.699)	(260.178)	(240.404)	(287.353)	(337.515)	(341.709)	(377.812)	(452.641)		
Após um ano	(35.597)	(37.787)	(42.482)	(65.409)	(74.874)	(86.834)	(136.341)			
Após dois anos	(8.995)	(2.382)	(1.581)	(7.624)	(18.988)	(10.628)				
Após três anos	(6.404)	(566)	(2.521)	(969)	(7.895)					
Após quatro anos	(1.724)	(208)	(1.200)	(957)						
Após cinco anos	(1.952)	(151)	(521)							
Após seis anos	(3.013)	(781)								
Após sete anos	(2.081)									

Pagamentos de sinistros com o balanço patrimonial	Sinistros líquidos de resseguro									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	
DPVAT	4.076	292	5.533	7.732	52.080	19.681	19.377	182.064	290.835	
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	22.839	
Provisão para sinistros a liquidar e benefícios a regularizar reconhecida no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	314.619	

Bruto do efeito de resseguro	Sinistros brutos de resseguro									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	
No final do ano	253.650	285.861	288.328	360.331	412.726	433.964	491.884	587.484		
registro do sinistro	259.699	291.644	288.482	336.120	404.810	425.752	484.731			
Após um ano	278.231	291.207	281.904	335.943	422.871	429.969				
Após dois anos	278.703	290.880	282.852	349.932	426.475					
Após três anos	275.665	291.071	284.467	330.497						
Após quatro anos	276.805	291.387	284.412							
Após cinco anos	277.244	291.803								
Após seis anos	276.805	291.803								
Após sete anos	278.471									

18.4. Gêneros das provisões técnicas:

	2012	2011
Parcela ressegurada - Nota 18	872.695	797.893
Direitos creditórios	(88.529)	(83.195)
Provisões retidas pela IRB	(95)	(112)
Depósitos Judiciais - Nota 10	(12.399)	(9.855)
Provisões DPVAT	(43.572)	(35.179)
Total de exclusões:	(293.207)	(250.893)
Total do balanço	579.488	547.000

Títulos de renda fixa - Públicos	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Depósito a prazo com garantia especial	16.149	32.688	16.149	32.688
Certificados de depósitos bancários	6.972	6.132	6.972	6.132
Letras financeiras	11.357	23.316	11.357	23.316
Ações de companhias abertas	110.183	84.318	110.183	84.318
Quotas de fundos de investimentos abertos	736.327	629.278	736.327	629.278
Total de Aplicações	872.695	797.893	872.695	797.893

19. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, liquidados nas comissões:

	2012	2011
Débitos das operações com resseguradoras	24.329	40.940
Resseguradora local	4.657	8.526
Resseguradora admitida	68	31
Resseguradora eventual	18.604	32.383
Total	24.329	40.940

Aging - Débito das operações com resseguradoras	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Sem vencimento (*)	9.784	14.280	9.784	14.280
De 1 a 30 dias	5.874	19.349	5.874	19.349
De 31 a 60 dias	4.741	1.911	4.741	1.911
De 61 a 180 dias	1.053	7.388	1.053	7.388
De 181 a 365 dias	3.553	2.035	3.553	2.035
Superior a 365 dias	29.054	49.497	29.054	49.497

(*) Reintegração de prêmio de resseguro, aguardando indenização final para pagamento.

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS:

a. Depósito de terceiros	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Aging de depósitos de terceiros	1.413	1.540	3.752	1.222
De 1 a 30 dias	24	16	639	55
De 31 a 60 dias	46	34	208	50
De 61 a 120 dias	27	49	63	62
De 121 a 180 dias	1	153	99	1
De 181 a 365 dias	8	3	1	206
Superior a 365 dias	1.609	1.795	4.762	1.391
Total	1.609	1.795	4.762	1.391

21. PROVISÕES JUDICIAIS

21.1. Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco:

	2012			2011		
	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão
Perda Provável	591	31.797	11.520	467	15.883	7.990
Perda Possível	1.422	69.368	-	1.441	62.344	-
Total	2.420	112.665	11.520	2.312	86.217	7.990

	2012			2011		
	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão
Perda Provável	47	5.230	5.230	33	3.991	3.991
Perda Possível	47	14.607	-	-	-	-
Perda Remota	12	8.600	-	-	-	-
Total	106	20.687	5.230	33	3.991	3.991

	2012			2011		
	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão	Quantidade	Valor Envolvido	Provisão
Perda Provável	6	98.931	98.931	7	90.795	90.795
Perda Possível	2	14.1	-	1	13.321	-
Perda Remota	2	2.351	-	-	-	-
Total	9	115.396	98.931	8	104.116	90.795

21.2. Movimentação das provisões judiciais:

Natureza	2012			2011		
	Saldo em 31/12/2010	Princípio Encargos	Baixas	Saldo em 31/12/2011	Princípio Encargos	Baixas
1 - Fiscal	82.387	3.757	4.651	90.795	4.141	3.995
2 - Trabalhista	3.048	2.466	2.466	3.991	2.229	244
3 - Cíveis	8.467	2.136	1.337	7.990	7.544	1.365
4 - Outras	172	-	774	66	-	(66)
Total	94.074	9.140	7.008	102.842	13.914	5.604

21.3. Descrição resumida das principais ações judiciais: Ações de natureza fiscal (ações incluídas na Anistia Fiscal - Lei nº 11.941/2009). A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 mediante pagamento à vista, em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para adesão à anistia foram apresentadas petições de desistência das ações judiciais e respectivos processos administrativos, com renúncia ao direito sobre o qual estas se fundavam, sendo efetuados recolhimentos dos saldos devedores não contemplados por débitos judiciais. Para os pagamentos a vista a Lei previu redução de 100% das multas de mora e de 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal, em conformidade com as disposições mantidas nas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 06, 10, 11 e 13 de 2009. As ações que se beneficiaram do programa estabelecido pela Lei nº 11.941, estão relacionadas, basicamente, as seguintes discussões: i.



A indenização é mais rápida do mercado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

26. GESTÃO DE RISCO

A Companhia de forma geral está exposta aos riscos de seguro, operacional, crédito, liquidez, mercado e capital provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia utiliza-se de análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo departamento de Gestão de Riscos, para a mensuração dos riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), foi utilizado o limite de 0,5% ao dia, com 99% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2012, a perda máxima potencial é de 0,07% do valor total da carteira de investimentos. O resultado destas análises é utilizado para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco de mercado.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações as normas internas e externas, disposta de mecanismos que mitigam os riscos da Companhia. A mesma empresa-se com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócio no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentações, normas e políticas internas). Visando o cumprimento das Diretrizes Estabelecidas pela Administração a Companhia instituiu o Comitê de Controle Interno como órgão de apoio vinculada à Diretoria Executiva, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Marítima Seguros. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética.

Risco Operacional: O gerenciamento de risco operacional é realizado pela Área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos visando a mitigação dos riscos de perdas financeiras decorrentes de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade são elaborados planos de ação específicos. Na mensuração qualitativa do risco operacional a Companhia aplica a metodologia *Control Self Assessment*, com intuito de avaliar aspectos relativos a controles, processos, riscos e cumprimento de objetivos por meio de ciclos anuais. **Gestão do risco de seguro:** O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, comparando cenário onde o evento segurado ocorra com cenários onde o evento segurado não ocorra, afetando nos segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro é, de certa forma, *randomico* e consequentemente não previsível. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Companhia possui um Comitê de Reservas que age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos contratos de seguros. O Comitê de Reservas é composto por membros da Diretoria Executiva e áreas envolvidas na gestão dos passivos de seguro da Companhia e possui autonomia para deliberar a respeito das provisões de prêmios e sinistros. O Comitê se reúne no mínimo a cada trinta dias, encerrando o mês. A Companhia possui um Comitê de Sinistros composto por gestores da área de Sinistros, Juridica, Ovidualista e Atendimento, que com o auxílio de especialistas de avaliação, reunidos visando mitigar riscos de fraudes e garantir o cumprimento das condições contratuais de seguro. Sinistros extraordinários são convocados conforme a relevância do evento ou situação que possa vir a trazer riscos adversos para a Companhia. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de risco e o resultado de resseguro com resseguradoras que minimizam o *rating* de risco de crédito de qualidade de risco relevante para os ramos de Riscos Especiais. O principal risco, questões geográficas e o tipo de indústria, fator relevante para os ramos de Riscos Especiais. Os principais seguros, ferramentas, profissionais e sistemas de gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma: (i) **Automóvel:** Vida Individual e Auto Mensal; (ii) **Demais ramos elementares:** Modificados e grandes veículos; (iii) **Pessoas:** Vida Individual e Vida Coletiva. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras e a distribuição regional.

Ramos	Prêmios de Seguros		Parcela Ressegurada		Prêmios Retidos		Prêmios Retidos		Prêmios Retidos	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	559.249	482.259	(446)	(2.718)	558.803	479.841	47,64%	46,06%		
Demais ramos elementares	543.843	502.380	(55.257)	(52.132)	488.586	450.248	41,65%	43,22%		
Patrimonial	402.938	373.833	(32.577)	(32.352)	370.356	341.483	31,57%	32,78%		
Rural	61.777	52.910	(2.070)	(1.655)	59.707	51.253	5,09%	4,92%		
Responsabilidades	36.619	37.546	(3.111)	(3.458)	33.308	34.088	2,84%	3,27%		
Transportes	32.476	26.910	(13.450)	(8.512)	19.026	18.398	1,62%	1,77%		
Outros	10.033	11.181	(3.869)	(6.153)	6.164	5.028	0,53%	0,48%		
Pessoas	64.094	72.839	(1.695)	(1.612)	62.399	71.227	7,02%	5,64%		
Pessoas Coletivo	89.185	59.844	(954)	(865)	88.231	58.979	5,82%	5,62%		
Pessoas individual	14.909	12.995	(741)	(747)	14.168	12.248	1,21%	1,18%		
Subtotal	1.187.186	1.057.778	(57.398)	(56.462)	1.129.788	1.001.316	96,31%	96,11%		
PVAT	43.261	40.500	-	-	43.261	40.500	3,69%	3,89%		
Total	1.230.447	1.098.278	(57.398)	(56.462)	1.173.049	1.041.816	100,00%	100,00%		

Região de atuação	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
São Paulo	26.584	64.702	9.755	101.041	8,5%	
Paraná	29.820	45.502	8.055	83.377	7,0%	
Rio de Janeiro	26.238	50.651	11.531	88.420	7,5%	
Minas Gerais	34.284	47.257	11.004	92.545	7,8%	
Santa Catarina	15.944	28.460	5.308	49.712	4,2%	
Ceará	5.767	5.954	1.302	13.023	1,1%	
Goiás	5.348	4.896	293	10.523	0,9%	
Mato Grosso - DF	3.779	4.449	19	10.437	0,4%	
Demais	2.755	2.081	-	4.836	0,4%	
Total	559.249	543.843	84.094	1.187.186	100%	

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

Ramos	Prêmios em Risco		Prêmios em Risco		Prêmios em Risco	
	2012/2012	12/2011	12/2012	12/2011	12/2012	12/2011
Automóvel	408.730	292.891	36.827	738.448	62,2%	
Transportes	245.268	141.766	5.807	2.378	1,38%	
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1.404	1.38%		
Pessoas Individual	81.040	817	1.015	2,01%		
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%			
Responsabilidades	1.322	21.023	1,6%			
Aeromáuticos	5.794	30,23%				
Marítimos	1.791	312	17,33%			
Riscos Financeiros	834	217	26,06%			
Automóvel	434	31	7,08%			
Rural	107	8	7,38%			
Total Geral	511.108	18.633	3,85%			

custo de aplicação ao segurado, onde a indenização em caso de evento de sinistro é feita com base no Valor de Mercado Referenciado, segundo a Tabela FIPE. Nesta modalidade existe a livre escolha do dia de vencimento das parcelas mensais, renovação automática da aplicação, em caso de êndossas e diferenças de prêmio serão cobradas no próximo extrato do seguro e o segurado é dispensado do pagamento das parcelas a vencer em caso de renovação com indenização integral do veículo, a partir do segundo ano de contratação (disponível somente para renovações de contratos emitidos originalmente pela Marítima). A política de aceitação de risco para seguros de veículos automotivos leva diversos fatores em consideração no ato de cálculo do prêmio de seguro a ser cobrado do segurado de forma que o preço praticado na venda de automóvel reflita, através do melhor conhecimento da Companhia, fatores de comportamento do segurado ou outros fatores que estejam em condições de influenciar o risco, inclusive, a não ocorrência de sinistro, área operacional, presença de opção de aceitar ou não determinados riscos elevados com base na política de aceitação. Para esta análise utiliza-se um questionário de avaliação de risco que considera o perfil do segurado, e inclui perguntas objetivas, cujo resultado impacta o prêmio cobrado pelo seguro. Tal questionário é uma